

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

SOPHIA FONTANA DA SILVA

**O SIONISMO E A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL
1895 - 1948**

**CAMPO GRANDE
2023**

SOPHIA FONTANA DA SILVA

O SIONISMO E A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História apresentado pela aluna Sophia Fontana da Silva e orientado pelo Professor Doutor Jorge Christian Fernandez.

CAMPO GRANDE

2023

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender a organização econômica e política dos grupos judaicos pós Diáspora no continente europeu, da antiguidade à Idade Média. Para a realização foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica para entender suas atividades, tais como o comércio e seus papéis econômicos estabelecidos em relação às classes sociais do antigo regime feudal, como a prática de empréstimos e a venda de produtos importados através das suas redes de comércio no Oriente. Dessa forma, entenderemos a criação do ambiente antissemita pelas classes médias a partir da crise feudal e da mudança nos papéis econômicos das classes sociais na Europa. A partir dessa análise, entenderemos a surgimento da ideologia sionista e suas movimentações em busca de um “lar judeu” na Palestina, principalmente após a Segunda Guerra Mundial e o genocídio judeu praticado pelos nazistas. Compreenderemos então o movimento de imigração judaica nas terras palestinas e as concepções genéricas sionistas sobre as populações nativas árabes e seus desdobramentos agressivos. Assim, analisaremos as movimentações políticas sionistas direcionadas aos governos da Grã-Bretanha e posteriormente dos Estados Unidos para a conquista da criação de um Estado judaico no território da Palestina, efetivado na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 1948.

Palavras-chave: Árabes; Judeus; Palestina; Sionismo; Território.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1. Sionismo: origens e desenvolvimento.....	8
1.1. As comunidades judaicas da Antiguidade ao sionismo.....	8
1.2 Do surgimento do sionismo à Declaração de Balfour.....	14
2. O sionismo em marcha.....	17
2.1 Da “transferência árabe” à colonização judaica da Palestina.....	17
2.2 O sionismo frente aos nacionalismos europeus.....	20
3. Do Holocausto ao Estado de Israel.....	22
3.1 O sionismo, a Segunda Guerra Mundial e o extermínio dos judeus.....	22
3.2 Em busca do Yishuv: da diplomacia à conquista do Estado de Israel.....	25
CONCLUSÃO.....	30
BIBLIOGRAFIA.....	32

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender a história do sionismo como movimento nacionalista europeu, desde seu surgimento até a consecução de seus objetivos com a criação do Estado de Israel, em 1948. Analisaremos o sionismo, surgido no final do século XIX, na Europa, e seus objetivos em relação às comunidades judaicas europeias, marcadas pelas tradições e religiosidades próprias. Observaremos, assim, as formas de organização desses grupos que se assentaram na Europa, as diferentes atividades econômicas que desempenharam nas sociedades do continente a partir de sua grande dispersão dos territórios que ocupavam no Oriente Médio durante a antiguidade.

Para esse estudo, utilizaremos como método de pesquisa a revisão bibliográfica, com as primícias do historiador marxista inglês Eric Hobsbawm, e seu texto *Nações e nacionalismos desde 1780: Programa, Mito e Realidade*, de 2013, onde olharemos o sionismo como ideologia nacionalista, como defendido em sua produção. O autor constrói uma reflexão acerca da concepção de “nação” atrelada aos processos de unificação e construção dos Estados modernos europeus. Hobsbawm também analisa o fenômeno do nacionalismo nos Estados Nacionais, em seu momento de efervescência no século XX.

Seguindo a metodologia de revisão bibliográfica, utilizaremos as análises acerca da “Questão Judaica” de Abraham Leon, teórico polonês com bases no paradigma materialista histórico, em sua obra *Concepção Materialista da Questão Judaica*, de 1981. A obra observa as várias formas de organização socioeconômicas que os grupos judaicos, tanto no contexto do Oriente Médio antigo, quanto nas vilas, aldeias e cidades europeias após as grandes ondas de migração (Diáspora).

Utilizaremos os estudos do historiador brasileiro Roney Cytrynowicz, autor do livro *Memória da Barbárie: A História do Genocídio dos Judeus na Segunda Guerra Mundial*, de 1990 para compreender a escalada antissemita e as perseguições que cresceram principalmente no século XX, a partir da ofensiva nazista no continente europeu, os horrores do holocausto e a mobilização judaica em busca de saídas para a grande perseguição.

O historiador palestino e autor de diversas obras que analisam o pensamento sionista, Nur Masalha, elucidará esse pequeno estudo com suas observações presentes na obra *A Expulsão dos Palestinos: O conceito de “transferência” no pensamento político sionista 1882-1948*, de 2021. O conceito desenvolvido no texto de Masalha refere-se a busca dos grupos sionistas por retirar a população árabe que já vivia na Palestina anteriormente à vinculação do desejo sionista por um Estado judaico em terras palestinas.

Outros autores como o historiador palestino Edward Said, estudioso acerca do Oriente Médio, bem como o historiador brasileiro Paulo Visentini, também serão utilizados para compor nossa revisão bibliográfica.

Dessa forma, a partir da leitura e revisão dos autores aqui apresentados, buscaremos compreender o nascimento do sionismo pela perspectiva de Hobsbawm, como um nacionalismo europeu do século XX. Buscaremos identificar a sua origem, os contextos os quais levaram as comunidades hebraicas europeias do final do século XIX a buscar a criação de um território para o bem viver dos judeus “espalhados ao redor do mundo”.

O trabalho também buscará compreender o contexto social europeu onde o sionismo se desenvolveu, suas relações com as grandes potências em busca de apoio e seus parceiros. Nos objetivamos a responder ao longo do texto como a perseguição e o antissemitismo contribuíram para o fortalecimento da ideologia sionista. Desse modo, buscaremos entender, com base na bibliografia apresentada, o processo pelo qual os grupos sionistas conseguiram, em 1948, a criação do Estado de Israel, na cúpula das Organizações das Nações Unidas, contrariando as comunidades árabes que viviam no território e os muitos conflitos que se seguiram desde os primeiros assentamentos judaicos instalados na Palestina.

Pretendemos, desse modo, a partir das análises e revisões bibliográficas dos autores selecionados, contribuir para o debate histórico sobre os nacionalismos, as questões vividas pelos judeus e pelos povos árabes palestinos, de maneira a apresentar as reflexões propostas pelos autores e historiadores especialistas.

No primeiro capítulo buscaremos compreender as formas de organização social e econômica judaicas, no período da antiguidade, em territórios do Oriente Médio, antes da grande dispersão conhecida como Diáspora. A partir dessa análise

buscaremos compreender o contexto qual o sionismo, movimento nacionalista judaico, se desenvolveu na Europa, no final do século XIX e sua busca por consolidar seu objetivo de criação do “Lar Judeu”.

No segundo capítulo analisaremos o conceito sionista de “transferência árabe”, à luz de Nur Masalha, buscando entender o surgimento dos assentamentos judeus no território palestino e os embates e tensões entre os nativos árabes e os assentados judeus. Assim, nos proporemos a compreender também as consequências vividas pelas comunidades árabes locais da Palestina com o projeto sionista. Ao final do segundo capítulo entenderemos a reação do nacionalismo judeu – sionismo – frente aos nacionalismos europeus do século XX e a crescente onda antissemita do período.

No terceiro e último capítulo compreenderemos como o Holocausto e a perseguição nazista da Segunda Guerra Mundial, na Europa, transformou a vida das comunidades judaicas do continente, fortalecendo a busca de uma “Palestina judaica”, o objetivo dos sionistas. Por fim, poderemos analisar as movimentações políticas e diplomáticas dos sionistas em busca de apoios e influência para a concretização do Estado judeu no território palestino, e sua conquista, no congresso das Organizações das Nações Unidas, em 1948.

1. Sionismo: origens e desenvolvimento

1.1. As comunidades judaicas da Antiguidade ao sionismo

A comunidade judaica, ao longo dos séculos, foi protagonista de grandes movimentações e ondas migratórias, que ficaram conhecidas como a Grande Diáspora¹, onde tal comunidade sofreu forças de expulsão de seu território por fatores sócio-políticos e/ou econômicos. Seu passado longínquo remonta os reinos de Israel e Judá em 1000 a.C., onde as tribos hebraicas assentadas na antiga Galileia, território palestino, conviviam com outros inúmeros grupos étnicos, como fenícios, persas e árabes, com religiosidades, costumes, línguas e culturas diferentes entre si. Entretanto, desde os primórdios conhecidos da história hebraica, o grupo se destacava com seu particular modo de organização, obtendo certos contornos e concessões de autogestão desde o Grande Império Romano. O teórico Abraham Leon, apontou em seu texto alguns desses “privilégios” concedidos aos hebreus, aproximadamente no século V d.C.

Os judeus obtiveram para si o reconhecimento de privilégios especiais, tanto, ao que parece, pelos Selêucidas como pelos Lágidas. Em Alexandria, onde fora atraído por Ptolomeu I, e eram numerosos, formavam uma comunidade a parte, que administrava a si mesma e foi subtraída à jurisdição dos tribunais gregos. (Russel apud Leon, 1981, p. 41)

A posição de diferenciação social desde os tempos romanos, defende Leon, advém do forte trabalho comercial que os hebreus desenvolviam na região, onde possuíam longas caravanas de comércio de mercadorias, estabelecendo uma ponte no mundo antigo. O autor aponta que “[...] durante longos séculos, os judeus serão os únicos intermediários comerciais entre o Oriente e o Ocidente.” (LEON, 1981, p.63). Dessa forma, o grupo étnico se relacionou com os mais diversos grupos, entre transações e rotas comerciais que marcaram sua presença no mundo antigo. Concentrados nos grandes centros urbanos, os judeus se organizavam separadamente, em bairros e vilas, voltados ao comércio e ao artesanato, voltados a si, casando-se entre si e transmitindo seus valores e religiosidade entre as gerações seguintes. Leon encontra, nos estudos de Arthur Ruppín, um vislumbre da importância da atividade econômica comercial para a manutenção do estilo de vida judaico, que permanecerá quase idêntico por séculos adiante:

¹ A grande migração judaica do território palestino em decorrência de invasões e contextos políticos. Ver mais em LEON, Abraham. Concepção materialista da questão judaica, 1981, p. 61.

Se os judeus se tivessem dedicado à agricultura, estariam forçosamente dispersos por todo o país, o que, em algumas gerações, teria levado à uma assimilação completa ao resto da população, apesar da diferença religiosa. Mas dedicados ao comércio e concentrados nas cidades, eles formaram comunidades particulares e tiveram uma vida social separada, frequentando-se e se casando entre si (RUPPIN apud LEON, 1981, p.26).

Desse modo, a comunidade hebraica, desde os primeiros séculos, cultivou suas particularidades, culturas e religiosidade de maneira a diferenciar-se das localidades nas quais estiveram inseridas. Frequentemente dominavam o comércio já no final do Império Romano, ainda que alguns grupos hebraicos sobrevivessem da agricultura e criação de animais nas regiões da Arábia, Babilônia e Palestina. (LEON, 1981, p. 61). Fato importante a ressaltar que, em seus estudos, Leon defende que embora existisse a presença de diversos grupos hebraicos na Palestina, à luz de Estrabão², observa-se a existência de diversas cidades gregas e a mistura étnica entre árabes, egípcios e fenícios (ESTRABÃO, XVI, 2, 34, apud LEON, 1981, p. 54).

A Diáspora hebraica, fonte de estudo de diversos historiadores e teóricos, apresenta diversas raízes que percorrem acontecimentos históricos desde os decretos babilônicos de Nabucodonosor em 605 a.C., ao crescimento do cristianismo primitivo, no primeiro século depois de Cristo, ou a conquista maometana da região do Egito, no sexto século d.C. Abraham Leon observa que, utilizando-se de suas rotas comerciais e seus contatos no exterior, os judeus formaram colônias de imigrantes na Europa medieval, e continuaram desenvolvendo papéis de comerciantes e artesãos. Em decorrência de sua posição econômica, os judeus formaram uma poderosa classe, com organizações sociais próprias, como Leon afirma:

A situação dos judeus na primeira metade da Idade Média é, portanto, extremamente favorável. Os judeus são considerados como pertencentes a uma das classes superiores da sociedade e sua situação jurídica não se distanciava sensivelmente da situação da nobreza (LEON, 1981, p. 66).

Inseridos no mercado medieval do leste europeu desde os séculos XI, os judeus foram responsáveis por grande parte das importações e exportações, lidando com produtos manufaturados e escravos por todo o Ocidente e Oriente, segundo o

² Historiador, geógrafo e filósofo grego. Ver mais em ESTRABÃO, XVI, 2, 34 apud LEON, Abraham, 1981, p. 54.

autor. Com o crescente desenvolvimento mercantil apresentado por países como Portugal e Espanha, no século XIV³, o comerciante judeu sofreu com a concorrência dos “respeitáveis comerciantes cristãos”, que cortaram os mares em busca de especiarias e matérias primas. Com isso, os grupos judaicos se aproximaram dos negócios de usura, empréstimos a senhores e nobres, bem como as diversas realezas europeias, subsidiando empreitadas marítimas e colonizatórias. O autor enfatiza que a pretensão de que o indivíduo judeu desenvolvera o caráter usurário apenas após sua total exclusão dos papéis comerciais é errônea, pois segundo ele “o capital usurário é irmão do capital comercial” (LEON, 1981, p. 75). Ou seja, por algum período, o judeu se desdobrou tanto como comerciante direto de produtos para os cidadãos mais pobres, quanto como usurário, atendendo as classes mais abastadas, a nobreza e a realeza europeia.

A Europa Ocidental começava a desvincular-se da “economia camponesa” e o usurário judeu via-se em conflito com as classes menos abastadas por sua situação de privilégio perante as cortes, visto que eram a fonte dos fundos e empréstimos para as empreitadas ultramarinas e para o luxuoso estilo de vida da realeza. Abraham Leon aponta:

Uma parte importante dos judeus foi obrigada a deixar os países da Europa ocidental para buscar refúgio nas regiões onde o capitalismo ainda não penetrara, principalmente na Europa oriental e na Turquia. Outros se assimilaram, fundindo-se na população cristã (LEON, 1981, p. 108).

Assim, a Europa Oriental ainda se encontrava atrelada a práticas feudais, com muitas características remanescentes do antigo regime (as quais não conseguiremos abordar neste pequeno estudo). Em regiões como a Polônia, as comunidades nativas eram receptivas às comunidades de imigrantes judaicos. As comunidades então se assentaram no Oriente europeu e desenvolveram as atividades comerciais e, principalmente, as de usura, servindo a nobreza e realeza que ainda possuíam influência perante os senhores e a população em geral, reestabelecendo seu status e privilégios do cotidiano. Para Abraham Leon, o papel econômico desempenhado pelo judeu nesse período era de extrema necessidade enquanto os pilares feudais sobreviviam aos trancos no Oriente. Contudo, a plena vivência e o desenvolvimento das atividades de usura na Polônia, por exemplo,

³ Ver mais em LEON, 1981, p. 100.

influenciaram o endividamento da monarquia com os usurários judeus, que como pagamento, apropriaram-se de terras e aldeias, prática que suscitou inúmeras revoltas entre as famílias nobres (LEON, 1981, p. 118).

A organização interna das comunidades judaicas do da Europa Oriental também causavam desaprovação nas populações menos abastadas. As comunidades formadas pelos judeus possuíam autonomia legislativa, organizando Assembleias que se reuniam de tempos em tempos e interligavam as mais distantes comunidades judaicas em toda a Polônia e território alemão, sendo denominadas *Vaad Arba Aratzoth*, as quais, segundo Leon, configuram verdadeiros parlamentos paralelos à jurisdição real das localidades. (LEON, 1981, p. 123). Essas jurisdições próprias, somadas às expropriações de propriedades nobres e a decadência feudal, que expôs as classes baixas à necessidade de empréstimos para garantia de subsistência, causaram revoltas das populações locais. Por fim, os altos juros que eram mantidos pelos judeus sob a proteção da realeza polonesa, foram responsáveis diretos pelo endividamento dos camponeses e artesãos, e produziram intensos sentimentos antissemitas na Europa Oriental. Segundo Leon:

A modificação parcial da situação dos judeus, em consequência da diminuição da autoridade real, tinha como resultado colocar os judeus mais em contato, diferentemente de outrora, com a massa da população servil. O judeu, que se tornara intendente do nobre ou taberneiro, era odiado pelos camponeses, tanto ou talvez mais que os senhores, porque se tornara o principal instrumento de sua exploração (LEON, 1981, p. 123).

Desse modo, as convulsões sociais somadas aos sentimentos anti semitas exaltados, tanto de classes pobres quanto classes abastadas, marcaram as comunidades judaicas na parte Oriental do continente europeu, as quais, em sua maioria, se fixaram até o século XIX (LEON, 1981, p. 115).

Com isso, os judeus presentes nas cidades europeias orientais passaram a se tornar parte do imaginário como figuras míticas entrelaçadas ao dinheiro e ao comércio. Foram direcionados a permanecer nas profissões vinculadas à usura e ao comércio em função da concorrência cristã em outros postos de trabalho. Em sociedades cristianizadas, o judeu permaneceu como o “outro”, não apenas pelo papel econômico desenvolvido, mas como já citado anteriormente, pela preservação da vida comunitária dos judeus entre si, com seus costumes e tradições. Todavia, é importante fazer uma distinção: o autor demonstra que os judeus que

permaneceram na Europa Ocidental tinham se assimilado em questões religiosas (vide os cristãos-novos) bem como migrado para os “novos mundos” da colonização europeia. Já as comunidades do Oriente permaneceram com as características culturais e religiosas judaicas, havendo assim, uma diferenciação entre ambas (LEON, 1981, p. 109).

Assim como no Ocidente, a redução das estruturas econômicas ligadas ao campesinato e o desenvolvimento de relações mercantilistas transformaram, mesmo que tardiamente, os territórios do leste europeu. Enquanto a atividade de usura se perpetuou, o judeu ainda manteve certa posição social, por suas relações com a nobreza. Com a falência do “antigo regime”⁴, diversas mudanças ocorreram, tal como assinala Leon:

Dois processos caracterizaram o desenvolvimento do povo judeu no decorrer do século passado: o processo de emigração e o processo de diferenciação social... A decadência do sistema feudal e da propriedade servil, paralelamente ao desenvolvimento do capitalismo, criou novas fontes de subsistência, mas destruiu, em medida bem maior, as posições de intermediários das quais vivia a maior parte do povo judeu. Estes processos levaram as massas judaicas à mudar seus locais de residência, seu aspecto social; forçaram-nos a procurar um novo lugar no mundo e uma nova ocupação na sociedade (LESCZINSKI apud LEON, 1981, p.128).

A Revolução Francesa, ponto importante do que Hobsbawm denomina “Era das Revoluções”, no século XVII, e dos novos moldes de identidade que a classe burguesa assumia no século XVIII, são citados por Leon como mudanças que favoreceram a assimilação dos judeus da Europa Oriental (LEON, 1981, p.140). Devemos observar que as comunidades judaicas do Oriente se diferenciavam das do ocidente em relação às tradições e práticas culturais, devido à assimilação de componentes culturais não-judaicas. Entretanto, em ambos os contextos, e apesar da diferença temporal em relação às mudanças no estilo de vida e economia, houve características de assimilação social de parcelas da comunidade. Assim, ao passo da modernização econômica e política no continente europeu, o papel das comunidades judaicas se transformou.

A partir da mecanização das atividades industriais no final do século XIX e início do XX, e que a primeira fase do capitalismo começaria a dar sintomas de crise,

⁴ O “antigo regime” pautado nas comunidades feudais e nos contratos de servidão coletiva, colonato.

o que Abraham Leon assinala como peça chave para o desenvolvimento de uma crescente onda antissemita europeia. Tendo em vista a crise econômica de 1873, o judeu busca em outras profissões o sustento, se deparando com o grande contingente de desempregados e a miséria da crise dos primeiros anos do século XX. Leon aponta:

Todos estes fatos [...] provam, ainda uma vez, que na base da questão judaica, na Europa oriental, encontra-se a destruição do feudalismo. Quanto mais uma região é atrasada, mais facilmente os judeus conseguem conservar suas posições seculares. Mas é a decadência geral do capitalismo que torna impossível aos judeus a mudança para outras profissões, produzindo um acúmulo forçado nas profissões que eles exercem e aumentando sem cessar a violência do antissemitismo (LEON, 1981, p.154).

Como apontado pelo autor anteriormente, a partir da primeira crise do capitalismo (1873–1896), antecedendo o desenrolar da Primeira Guerra Mundial, já era possível observar o antissemitismo crescente nas massas de classe média no velho continente. O autor exemplifica isso com o caso Dreyfus de 1904⁵, ou o próprio antissemitismo crescente na Alemanha, ou os *pogroms* (movimentos de perseguição e destruição violenta de judeus) na Polônia e Rússia nas duas primeiras décadas do século XX. Em vista disso, os grupos hebraicos que já se organizavam e buscavam ao máximo independência econômica e política, vislumbrando o que o jornalista Theodor Herzl chamou de sionismo, tema central deste trabalho, sobre o qual discorreremos no tópico a seguir.

⁵ Condenação injusta de um oficial francês de ascendência judaica durante a Terceira República Francesa que provocou revolta e antissemitismo na sociedade francesa.

1.2 Do surgimento do sionismo à Declaração de Balfour

Como apresentado anteriormente neste estudo, podemos verificar que a situação das comunidades judaicas que residiam na Europa já se encontrava delicada, principalmente nas décadas anteriores à Primeira Grande Guerra. Como referenciamos na introdução, aquilo que Eric Hobsbawm denominou como “Era das Revoluções” (1789–1848), foi também marcado pela criação das noções de “nação” e “nacionalismos”, sobretudo no território europeu (HOBBSAWM, 1990, p.54). Faremos uma reflexão mais profunda sobre o tema no Capítulo 2.

A crise econômica europeia de 1873 e os sentimentos antissemitas das classes médias e menos abastadas provocaram inúmeras tentativas de realocação das comunidades judaicas em diversos países do leste europeu. Esse cenário inóspito acarretou no surgimento de um movimento de busca da “Terra Prometida Judaica”, seu *Yiushv*⁶ (assentamento, em hebraico). Esse movimento, ficou conhecido como sionismo, e daria base para a busca de um Estado étnico judaico.

O judeu austro-húngaro Theodor Herzl, com sua obra “O Estado Judeu”, de 1895, foi quem inaugurou o conceito de uma nação judaica para os judeus da Diáspora. Entretanto, o sionismo político tem sua primeira aparição histórica no Primeiro Congresso Sionista, realizado na Basileia, Suíça, em 1897. O historiador Nur Masalha afirma:

De fato, o Programa da Basileia, aprovado no primeiro Congresso Sionista, o qual lançou o sionismo político em 1897, não fez qualquer menção à população nativa da Palestina quando apresentou o objetivo do movimento: “O estabelecimento de um lar pública e legalmente seguro para o povo judeu na Palestina (MASALHA, 2021, p. 21).

O sionismo então, revela-se ideologia política messiânica, remontando um passado longínquo, milenar, onde a presença hebraica na Palestina nos anos da antiguidade poderia promover uma justa reivindicação de tal território, mil anos depois. Dessa forma, os grupos judaicos sionistas buscaram desenvolver um fio condutor que os ligava a um passado glorioso, onde os hebreus habitavam as terras da Palestina. Abraham Leon pontua:

Mas como todos os nacionalismos, e ainda bem mais intensamente, o sionismo considera o passado histórico à luz do presente. Assim como se

⁶ MASALHA, Nur. 2021, p. 226.

apresenta às crianças francesas, a França como existente desde a Gália de Vercingetórix; assim como se apresenta às crianças da Provença as vitórias que os Reis da Ilha de França obtiveram contra seus ancestrais como seus próprios êxitos, o sionismo tenta criar o mito de um judaísmo eterno, eternamente exposto às mesmas perseguições (LEON, 1981, p. 169).

Assim, uma unidade era compactada a identidade dos grupos judaicos da Diáspora, que a partir de então, buscaram o retorno dos judeus à “terra prometida”, tal qual o mito citado por Leon. O sionismo organizou-se no ambiente burguês a partir de seus contatos, e preconiza a Declaração Balfour (assinada em 1917, dois anos antes da oficialização do Mandato Britânico da Palestina), obtendo o significativo apoio do governo britânico para a criação de uma nação judaica na Palestina. Segundo o historiador Nur Masalha:

A Declaração Balfour de novembro de 1917, garantindo o apoio britânico à criação de um lar nacional judeu na Palestina, melhorou dramaticamente as perspectivas judaicas, sobretudo em vista da iminente conquista militar da Palestina pelos britânicos e dos arranjos já feitos para dividir o Império Otomano entre as grandes potências que determinavam que a Palestina viria a ser um protetorado britânico (MASALHA, 2021, p.28).

Munido de uma base ideológica messiânica, com contatos e apoio da coroa britânica, o sionismo fixaria de vez os olhos no território palestino, visando a criação de um lar étnico-nacionalista, onde todos os judeus pudessem repousar após os sofrimentos e o antissemitismo da Diáspora, uma “reparação de uma injustiça bimilenar” (LEON, 1981, p.175), que levaria os grupos judaicos ao seu território ancestral e a terra prometida.

As primeiras colônias sionistas na Palestina datam da primeira década do século XX. Em seus estudos, Nur Masalha (2021), ressaltou a resistência dos camponeses arrendatários árabes-palestinos à compra de terras efetuadas por judeus no território palestino, visto que os grupos judaicos efetuavam os negócios com grandes proprietários ausentes e provocavam um movimento de expropriação de terras de camponeses árabes-palestinos (MASALHA, 2021, p. 24). Esse movimento de revolta árabe perante os assentamentos sionistas seria crescente, à medida que a colonização sionista ascendia em ritmo acelerado a partir da Declaração Balfour.

O olhar sionista para com as comunidades árabes já existentes no território palestino, seu embasamento teórico voltado ao que foi chamado por Nur Masalha como conceito de “transferência árabe”, serão abordados a seguir, onde daremos

foco aos caminhos problemáticos que a “questão árabe” tomaria a partir das ondas colonizadoras sionistas e dos novos assentamentos judaicos na Palestina.

2. O sionismo em marcha

2.1 Da “transferência árabe” à colonização judaica da Palestina

Para compreendermos o conceito de “transferência árabe” abordado pelo historiador palestino Nur Masalha é necessário primeiro entender que o território palestino foi habitado, em um passado que remonta a antiguidade (1000 a.C), por sociedades árabes, de várias religiões, como o Islã e o Cristianismo e com organizações econômicas e políticas complexas. O autor Edward Said nos explica:

A Palestina tornou-se um país predominante árabe e islâmico no fim do século VII. Pouco depois, suas fronteiras e suas características – inclusive seu nome em árabe, *Filastin* [Filistéia] – ficaram conhecidas em todo o mundo islâmico tanto por sua fertilidade e beleza quanto por sua importância religiosa (SAID, 2011, p. 12).

Assim, cultivando terras, criando rebanhos e extremamente ligados àquela terra, os camponeses e habitantes da Palestina já existiam no momento histórico pré-sionista. Ao final do século XIX, com a onda sionista e seus assentamentos no território palestino, iniciaram-se as expropriações de terras de colonos árabes e a insegurança o medo do futuro da Palestina e de seus habitantes legítimos.

Ao analisar extensa rede de fontes judaicas, desde arquivos públicos de Israel a documentos das organizações e líderes sionistas, Nur Masalha identificou que, desde os primeiros passos do conglomerado sionista direcionados à Palestina, já havia uma busca pela “transferência árabe” para países vizinhos, os quais os grupos sionistas consideravam genericamente árabes.

Segundo Masalha, o *slogan* “uma terra sem povo para um povo sem terra”, criada por Israel Zangwill, jornalista de origem judaica, caracterizaria o cerne do pensamento sionista e seria adotado pela maioria dos grandes líderes sionistas no século XX. O próprio Zangwill, em seus escritos, elucidaria a frase quando confrontada com a existência de comunidades árabes residindo no território palestino:

Mesmo que a descrição do lorde Shaftesbury quanto a Palestina como um país sem povo seja inexata, ela é necessariamente correta, já que não existe um povo árabe com uma ligação íntima com o país, utilizando seus recursos e deixando suas características impressas: na melhor das hipóteses existe um acampamento árabe (ZANGWILL, 1920, p. 104 apud MASALHA, 2021, p.22).

Ao analisar o excerto extraído da obra de Masalha, compreendemos um pouco em qual direcionamento o olhar sionista se respalda em relação as comunidades árabes do território da Palestina. Com relações até nos ambientes mais influentes de Londres, os sionistas tinham aliados importantes que esperançavam a busca pela “terra prometida”. Em outro excerto de Masalha, fica evidente o quão longe a ideologia sionista tinha chegado: “Até mesmo o entusiasta pró-sionismo Winston Churchill escreveu no seu relatório sobre “Assuntos Palestinos”, em 25 de outubro de 1919, que “existem os judeus, para quem prometemos que os introduziríamos na Palestina e que consideram certo que a população local será retirada para sua melhor convivência” (HEINEMANN, 1975, p.484 apud MASALHA, 2011, p. 31).

Apoiados em seu ideal nacionalista, os grupos sionistas, mesmo que divididos entre trabalhistas e revisionistas, se dedicaram a estabelecer um Estado judeu no território palestino com movimentações políticas na Europa e nos países vizinhos afim de promover o deslocamento das centenas de milhares de famílias árabes para outros territórios, desocupando o perímetro para os assentamentos judaicos. Segundo Masalha:

O objetivo de construir “um lar nacional na Palestina para o povo judeu” era o fator determinante nas relações com a população nativa: a partir do momento em que a ideia de um Estado-nação judeu se tornou uma precondição para a “reunião dos exilados” e o estabelecimento de uma maioria judaica na Palestina se impôs, não existiria mais espaço para negociação com a maioria árabe-palestina que seria deslocada (MASALHA, 2011, p.39).

Para garantir uma maioria judaica numa terra onde a grande maioria era árabe, os grupos judaicos iniciaram a política de exclusão de árabes de postos de trabalho, em fazendas e arrendamentos, que de maneira deliberada, tornaria as terras compradas por judeus inalienáveis e impedidas de retornar às mãos de árabes como bem, comprometendo dessa forma os postos de trabalho culturalmente ocupados por árabes como dito por Masalha:

As doutrinas da “terra judaica” e “trabalho judaico” datam dos primeiros anos da colonização sionista. Uma das determinações do Fundo Nacional Judeu – estabelecido em 1901 como braço da Organização Sionista e da Agência judaica para aquisição e administração de terras, e de longe o maior proprietário de terras na Palestina – era que qualquer terra comprada deveria se manter como propriedade do povo judeu perpetuamente. Essa terra era inalienável, e nela não era permitido trabalho não judeu (MASALHA, 2011, p. 39).

Dessa forma, os mecanismos sionistas de exclusão do árabe de seu território começavam a fazer seus primeiros efeitos. Os camponeses árabes arrendatários que por ventura fossem destituídos de seus lotes, não teriam a chance de reconquistar seu pedaço de terra. Para permitir a chegada dos colonos judeus, o território seria evacuado aos poucos, para o florescimento de um Estado Judeu na Palestina, reafirmando o pensamento sionista de que a região poderia abrigar um Estado nacionalista hebreu apenas após uma evacuação de seus habitantes árabes por meio da “transferência”. Nur Masalha esclarece que embora houvessem grupos sionistas que defendiam o binacionalismo, ou seja, que o Estado de Israel abrigasse judeus e árabes com direitos civis iguais (como o *Brit Shalom* e posteriormente o *Ihud* (União)), tais grupos possuíam estrutura e prestígio internacionais, os grupos não tinham influência nos grupos de organização do Estado judaico (MASALHA, 2011). Compreenderemos melhor esse ponto no terceiro capítulo.

Como parte de uma reação aos movimentos de expropriação dos camponeses árabes, o sentimento nacionalista árabe-palestino despertou-se, provocando uma série de revoltas que segundo Masalha, “culminariam para a grande revolta árabe de 1936-1939” (MASALHA, 2011, p. 30). Como poderia o árabe ser “transferido” de seus territórios ancestrais culturais por um “outro” que reivindicava a posse e a existência em tal perímetro?

Do ponto de vista sionista, o autor demonstrará que, munidos da ideia de mesma etnicidade dos diversos grupos árabes espalhados pelos países do Oriente Médio, os grupos judaicos sionistas rejeitarão o sentimento nacionalista árabe-palestino, não compreendendo sua relação intrínseca com a terra e com a cultura da Palestina. Desse modo, os sionistas construíram uma visão homogênea das comunidades palestinas, relacionadas a um contexto extraterritorial.

À medida que o período entreguerras se configurava na Europa, a organização sionista sofreu mudanças em suas alianças, buscou novos contatos e continuou organizando a migração para os assentamentos na Palestina. Abordaremos no capítulo a seguir o surgimento dos nacionalismos europeus que antecederam a Segunda Grande Guerra, os movimentos estratégicos sionistas da Guerra Fria até o reconhecimento definitivo do Estado de Israel.

2.2 O sionismo frente aos nacionalismos europeus

A partir do século XIX, a Europa viu-se em correntes de mudança, tendo em vista as grandes transformações tecnológicas vindas a partir da Primeira Revolução Industrial e dos processos de unificação e a grande busca pela construção da “nação”, como na Itália em 1870, e na Alemanha em 1871. Segundo Eric Hobsbawm, até 1884 não havia menção em estudos vinculando a terra a um Estado, ou mesmo a um Estado nacional, com contornos do que se definiria depois como “pátria” (HOBSBAWM, 1990). Citamos brevemente no capítulo anterior a heterogeneidade presente na transformação dos territórios europeus para Estados-Nações, principalmente quando comparados aos territórios mais a Leste do antigo continente. Isso definitivamente afetou os grupos políticos e sociais do Ocidente em sua maneira de expressar a busca pelo Estado nacional.

Conforme os contornos foram se demarcando, principalmente no início do século XX, Hobsbawm argumenta que o caráter econômico e político da nova forma de organização mundial que foi sendo estabelecida, onde todas as relações de mercado em âmbito mundial pautaram-se na chamada “economia nacional”:

De fato, considerando o desenvolvimento da economia mundial moderna, tendemos a ver a fase na qual o desenvolvimento econômico foi integralmente vinculado às “economias nacionais” de um número de Estados territoriais desenvolvidos como situada entre duas terras essencialmente transnacionais (HOBSBAWM, 1990, p. 38).

Os nacionalismos, desde antes da Primeira Guerra Mundial, já vinham despontando à medida em que as discussões sobre nações e suas origens (o famoso “ponto crítico”) iam se desenvolvendo. Os movimentos buscaram se utilizar do que definiria uma nação para caracterizar seu nacionalismo doméstico, como por exemplo etnia, língua, cultura, passado comum, entre muitos outros pontos e variavam à medida que fosse coerente para a narrativa nacionalista. (Hobsbawm, 1990). O sionismo mostrou-se um nacionalismo organizado, tendo em vista o seu aparecimento no Primeiro Congresso Sionista, realizado na Basileia, Suíça, em 1897 (detalhado no item 2.2 do capítulo anterior). Neste congresso, os sionistas já sinalizavam a intenção de migrar para a Palestina com o Programa da Basileia assinado no evento, desconsiderando as populações etnicamente árabes que viviam no território. Assim como Abraham Leon nos evidencia a tentativa de criação de um

mito fundador da nação judaica vinculado às terras palestinas, Eric Hobsbawm também postula sobre o assunto e discorre sobre o mito sionista:

Da mesma forma, enquanto os judeus, espalhados pelo mundo por alguns milênios, nunca deixaram de se identificar a si mesmos, onde estivessem, como membros de um povo especial e distinto dos vários ramos de não-crentes entre os quais viviam, em momento nenhum, ao menos desde o retorno do cativo babilônico, isto implicou uma aspiração séria por um Estado político judeu – para não falar de um Estado territorial – até que um nacionalismo judeu foi inventado no final do século XIX por analogia com o recém formado nacionalismo ocidental. É inteiramente ilegítimo identificar os liames que têm os judeus com a terra ancestral de Israel, mérito que deriva das peregrinações ali feitas ou a esperança de retorno quando viesse o Messias – além do que, do ponto de vista dos judeus, obviamente Ele não veio – com as aspirações de juntar todos os judeus em um Estado territorial moderno situado na antiga Terra Santa (HOBBSAWM, 1990, p. 64).

O nacionalismo voltava-se às questões que diferenciavam o “outro” de maneira xenofóbica e/ou racializada, com um mito fundador, um passado de glória como o sionismo, ou algum privilégio de raça concebido pela “natureza”, como foi o caso do nazismo alemão. O nazifascismo havia surgido no entreguerras, em um contexto onde a República de Weimar (1919-1933) e a grande crise econômica advinda do final da guerra e do Acordo de Versalhes (1919) causava um ressentimento e a busca pela revanche. Assim, esta buscava um bode expiatório, um “outro” para ser responsabilizado pela catástrofe da Primeira Guerra Mundial. E este “outro” foi encontrado e construído a partir do velho antissemitismo religioso alemão da Idade Média.

O partido nazista, apoiado em sólidas bases nacionalistas, defendia a tese racial do arianismo, onde as outras raças seriam inferiores aos “arianos”, e os indivíduos de origem judaica eram considerados escória pois eram o resultado da mistura das raças e, como tal, “impuros” e portadores de características mais indesejáveis da humanidade e deveriam ser excluídos do convívio e economia social. Foi uma escalada antissemita sem precedentes tendo em vista as anteriores ondas antissemitas no continente europeu, tanto na Alemanha, como principalmente na Polônia, com os *pogroms*, a perda de direitos civis e as perseguições.

3. Do Holocausto ao Estado de Israel

3.1 O sionismo, a Segunda Guerra Mundial e o extermínio dos judeus

Roney Cytrynowicz nos elucida sobre a ideologia racial nazista, construída em bases legais a partir de 1933, institucionalizando o racismo contra judeus, ciganos, pessoas com deficiências entre muitos outros grupos sociais, e elevando a níveis nunca antes vistos o antissemitismo presente em classes médias do leste europeu (Cytrynowicz, 1990).

O autor nos esclarece as primeiras táticas utilizadas pelo nacionalismo autoritário nazista para excluir os cidadãos alemães que tinham ascendência judaica de inúmeros setores da sociedade, expostas no fragmento a seguir:

Entre 1933 e 1939, quando foi iniciada a Segunda Guerra Mundial pela Alemanha, a política oficial do nazismo era excluir radicalmente os judeus da vida econômica, social e cultural alemã e forçar a sua expulsão do país. Para isso, cerca de 400 leis e decretos anti judaicos foram impostos. Além do serviço público, os judeus foram excluídos das profissões liberais, das artes, do cinema, rádio, teatro, das escolas públicas, universidades, dos esportes, das organizações culturais e profissionais e cargos de direção em empresas (CYTRYNOWICZ, 1990, 30).

Ou seja, a primeira forma de exclusão foi em termos da cidadania e dos direitos legais. A partir daí, os nazistas tomariam medidas cada vez mais draconianas contra os judeus.

A perseguição foi tomando linhas mais duras à medida que os nazistas buscavam transferir a população judaica das terras anexadas pelo governo alemão (Áustria e Tchecoslováquia) para países da Europa ou da América. Havia inúmeros países como os EUA, a União Soviética ou países do Oriente, como a Turquia, que possuíam cotas para a recepção de refugiados. Essas eras insignificantes, pois, possuíam quantidades limítrofes ínfimas comparadas aos milhões de judeus afetados pelas políticas nazistas. Para piorar, a prática da expropriação dos bens dos cidadãos judeus dava a insegurança e o desespero de ser um imigrante sem perspectiva de futuro.

Como visto no capítulo anterior, inúmeros imigrantes alinhados com as políticas e planos sionistas para obter na Palestina o território necessário para o futuro judaico já emigravam para a região, principalmente após a assinatura do Programa da Basiléia. Afetados pela perseguição em massa e a constante negativa

de muitos países em receber seus refugiados, os grupos europeus judaicos encontraram no nacionalismo sionista a salvação e um possível fim para a Diáspora e as constantes perseguições vividas no antigo continente europeu (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 32)

Com o início da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, a população judaica começou a ser segregada em guetos na Polônia, sob a ocupação alemã e para lá que as outras populações judaicas alemãs, austríacas e tchecoslovacas começaram a ser arrebanhadas. Assim, os guetos de trabalho forçado e posteriormente os campos de extermínio cresciam e o empilhar de corpos igualmente, guerra a dentro. A recessão e a necessidade de produção de insumos para os *fronts* alemães transformaram o trabalho forçado em uma máquina de matar, onde os judeus trabalhavam até sucumbirem, somados ao racionamento de ração e às doenças sempre muito presentes nos guetos e campos de concentração. As vias do extermínio judeu delimitaram-se claramente após 1942. Segundo Cytrynowicz,

Com o início da guerra, criou-se uma vasta rede de campos de concentração, para presos de guerra e inimigos políticos. Em 1942, havia 15 campos, número que chegou a 23 no final da guerra, além de 1 mil campos satélites de trabalho, para construção de rodovias, pontes, trabalho em minas, etc. Entre 1,5 milhão e 1,6 milhão morreram. A partir de 1941, instalam-se fábricas em locais próximos aos campos de concentração. Havia conflito no interior da cúpula nazista entre a adoção de uma exploração mais racional do trabalho dos presos e o uso de trabalho para destruir os presos (CYTRYNOWICZ, 1990).

Os campos de concentração e extermínio apenas cresciam à medida que a guerra se aproximava de seu fim. A posição de países aliados europeus continuava tímida, de acordo com Cytrynowicz, “[...]os aliados defenderam durante toda a guerra a ideia de resgate apenas pela vitória. Ou seja, todos os esforços, sem exceção, deveriam ser concentrados na derrota militar dos nazistas” (CYTRYNOWICZ, 1991, p. 126).

O autor nos evidencia a clareza do conhecimento dos países aliados em relação ao cenário dos campos de concentração e extermínio, principalmente na Polônia, e da recusa das potências em desviar recursos dos *fronts* militares para algum resgate ou bombardeio programado. Em seu livro, Cytrynowicz traz o exemplo da Suíça que, em 1943, aprovava uma nova restrição para imigrantes, não considerando refugiados aqueles por motivo de “raça”. Ou seja, não seriam

considerados refugiados políticos e conseqüentemente não teriam direito a asilo político (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 130).

De acordo com os dados apresentados por Roney Cytrynowicz, o genocídio judeu combinava seis campos de extermínio, todos na Polônia. Os campos só pararam seu funcionamento em 1943 e muitas vezes reuniam instalações industriais que promoviam a prática de trabalho forçado. As condições degradantes de saneamento e alimentação, como citado anteriormente, também geravam inúmeras doenças e mortes. Segundo Raul Hillberg, 1 milhão de judeus morreram em Auschwitz, cerca de 750 mil em Treblinka, 550 mil em Belzec, cerca de 200 mil em Sobibor, 150 mil em Kulmhof, e 50 mil em Maydanek (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 89).

Os horrores ocorridos à comunidade judaica na Segunda Guerra podem ser encontrados com detalhes e profundidade na obra de Roney Cytrynowicz. Dessa forma, a comunidade judaica se via em situações de desespero, de fuga e busca de imigração em diversos países. O sonho de um país seguro e livre para os judeus aumentava à medida que suas relações com as potências ocidentais se desenrolavam. Abordaremos a seguir as movimentações políticas que antecederam a criação do Estado de Israel na Palestina.

3.2 Em busca do *Yishuv*: da diplomacia à conquista do Estado de Israel

Durante a Segunda Guerra Mundial, a dinâmica internacional entre os países do Ocidente se transformou à medida em que o Império Britânico sofria com as insurgências da periferia colonizada, e os Estados Unidos cresciam com sua máquina de guerra e sua galopante liderança. A busca pela derrota do nazifascismo promoveu ações colaborativas entre as potências que se enfrentaram na fase “fria” que se seguia da Segunda Guerra (EUA e URSS). O sionismo, com suas relações nos mais altos escalões do governo inglês, encontraria na Guerra Fria, e nas novas relações com os Estados Unidos, as condições propícias somadas para a criação do Estado de Israel.

Os sionistas, durante o período que se sucederam as políticas de extermínio nazista, buscavam na Grã-Bretanha os meios legais de “transferir” a população árabe da Palestina, visto que já havia fluxo de imigrantes ilegais judeus para essa região desde meados de 1920. Suas relações com os árabes que viviam nas terras palestinas antes da criação do Estado de Israel já apresentavam tensões e embates entre colonos judeus e camponeses árabes.

Nur Masalha analisa a política sionista pré Estado de Israel, que buscou apartar os camponeses árabes de seus vínculos com a terra. Além da compra de imensas propriedades de terras de proprietários ausentes (resultado dos anos de dominação Otomana e posterior Britânica), os sionistas instruíam os colonos a jamais vender ou arrendar tais terras aos árabes novamente (MASALHA, 2021, p. 38)

A política sionista buscou “transferir” a população árabe das cidades e campos palestinos por meio de acordos com líderes de países árabes vizinhos, baseados num pan-arabismo⁷ que reduzia a diversidade de povos e países os quais compreendem a região que conhecemos como Oriente Médio. Masalha apresenta as articulações sionistas com foco em redistribuir a população árabe-palestina na Transjordânia e a impossibilidade da convivência de um estado binacional por grande parte dos sionistas (MASALHA, 2021, p. 86).

⁷ Concepção de homogeneidade e unificação de todos os povos que falam a língua árabe em todos os países em que se encontram. Ver mais em MASALHA, 2021, p. 35.

Como citado anteriormente, é importante salientar que haviam grupos marginais dentro dos *lobbys* sionistas que defendiam um Estado binacional, sem imposição de restrições de cidadania para ambas as nações e que buscavam cooperação mútua, pontua o autor. Eram partidos que possuíam algum prestígio no exterior, mas que pontualmente não exerciam influência nas lideranças sionistas ou na criação do lar judeu (*Yishuv*). Segundo Nur Masalha,

É verdade que alguns grupos marginais, tais como o Brit Shalom (Pacto da Paz), que cessou suas atividades no início dos anos 1930, e posteriormente o Ihud (União), organizado em 1942, tinham uma linha diferente. Esses grupos binacionalistas compartilhavam um *modus vivendi* em um contexto binacional, acomodando o nacionalismo palestino e favorecendo um Estado binacional com igualdade política e civil para judeus e árabes. Mas, apesar da imensa estatura e prestígio internacionais de alguns partidários do binacionalismo – particularmente Judah Magnes, Martin Buber e Hans Kohn –, os grupos não tinham qualquer influência, seja nas políticas ou no *Yishuv* em geral (MASALHA, 2021, p. 42).

Embora o pensamento de transferência não fosse homogêneo dentro dos círculos sionistas, ele era o mais politicamente articulado. As comunidades árabes situadas nos territórios da Palestina não eram vistas como nacionais ou que possuísem nenhum tipo de identidade própria pelos sionistas, o que lhes dava o argumento da não necessidade dos árabes de permanecer nos territórios de interesse sionista. Como superar uma nação tão antiga como a judaica, com seu nacionalismo retumbante, com um mito fundador amarrado aos primórdios dos tempos do Oriente Médio em face de grupos étnicos variados e com atividades econômico-sociais diferentes, como os grupos árabe-palestinos? Segundo Masalha,

Ao final, se os palestinos não constituíam uma nação distinta e separada, e não eram parte integral do país, com profundos laços históricos, mas sim pertenciam à ampla nação árabe, então poderiam ser transferidos para outros territórios dessa ampla nação sem maiores prejuízos (MASALHA, 2021, p. 35).

Obviamente, os grupos árabes palestinos que eram afetados pela política de expansão e retirada das populações árabes-palestinas do território reagiram de maneira intensa, causando inúmeras revoltas conhecidas como Grande Revolta Árabe, deflagrada em 1936, e que foram fortemente reprimidas pela máquina militar do *Yishuv*. Capítulo à parte, o poderio militar judaico possuía armamentos e grupos paramilitares que formavam seus membros para o confronto com os grupos de resistência árabe. Nesse ponto, o confronto era visto como “única opção” para a resolução do “problema árabe” dos territórios almejados. O autor ainda pontua a busca por “fatos consumados” em esfera econômica, política e militar nos territórios

palestinos que dariam alguma vantagem aos grupos sionistas, garantindo assim a criação do Estado israelense (MASALHA, 2021, p. 41).

Embora houvesse resistência árabe em relação ao avanço dos colonos sionistas, durante todo o período do início das imigrações judaicas no território palestino, o nacionalismo árabe-palestino era incipiente e os recursos não eram concentrados em um único objetivo. Em repercussão ao Relatório da Comissão *Peel*, o governo britânico emitiu o que chamou de Livro Branco, em 1939, recuando completamente no objetivo sionista de transferência da população árabe palestina para outro Estado árabe adjacente, defendendo também a formação de um Estado palestino no prazo de 10 anos, com restrições à imigração judaica e a compra de terras (MASALHA, 2021, p. 117).

Enquanto o território palestino era marcado pelas disputas árabe-judaicas, o mundo pós-Segunda Guerra Mundial se deparava com a nova redistribuição de poderes e novos protagonistas, bem como um novo tipo de guerra, lutada pelas ideologias e sanções aplicadas à terceiros, e a influência política e econômica dos Estados Unidos ou União Soviética tornou-se vital para a nova organização internacional. O mundo dos blocos capitalista/socialista polarizou os países de acordo com sua influência, onde o Ocidente voltou-se para a grande potência armamentista dos Estados Unidos e o Oriente concentrou-se nas relações com a União Soviética. Ambos os países citados obtiveram tal lugar de destaque, tendo em vista suas vitórias na Segunda Guerra Mundial. De acordo com Paulo Vizontini:

Os fenômenos de dominação continuaram – e continuam- constituindo a regra nas relações internacionais, mas enfrentando uma resistência cada vez maior. O declínio da Europa como centro da política mundial e da diplomacia de equilíbrio de poder ocorria concomitantemente com a formação de um sistema bipolar, centrado nas formações sociais capitalistas e socialistas – lideradas pelos EUA e URSS, respectivamente (VIZENTINI, 1992, p. 15).

Conforme apresentado por Vizontini, o mundo polarizado era cotidianamente bombardeado por políticas internacionais dos Estados Unidos em busca de influência e domínio sobre os países europeus afetados pela guerra, onde a potência ocidental lutava de maneira determinada a reduzir as áreas de influência da então URSS, a outra potência da polarização que obteve vitórias e vantagens após a derrota dos nazistas. Essa nova configuração acompanhou as forças de libertação

nacional que eclodiram nos países periféricos e nas colônias, principalmente no final da Segunda Guerra tendo em vista o enfraquecimento de impérios coloniais como a Grã-Bretanha e a França.

Os Estados Unidos agiram, durante a Guerra Fria, como financiadores da reconstrução do Ocidente através do Plano Marshall, que tinha como objetivo expandir a área de influência político-econômica estadunidense concedendo empréstimos altos a países à beira da falência. Segundo Vizentini,

O Plano Marshall, por seu turno, concedia empréstimos a juros baixos aos europeus, para que adquirissem mercadorias dos EUA. Seu custo político era elevado, pois as nações beneficiadas deveriam abrir suas economias aos investimentos norte-americanos, o que no caso de economias fracas (como das democracias populares) ou devedoras (como da Europa Ocidental) representava o abandono de parte da soberania desses países (VIZENTINI, 1992, p. 22).

Assim, a influência econômica estadunidense no mundo Ocidental, através do Plano Marshall, estava sedimentada, o que fortalecia os grupos sionistas que buscavam na nova potência o apoio político para realizar seu objetivo, com seus comitês e movimentos partidários.

Como dito anteriormente, as relações do sionismo com os altos escalões do governo da Grã-Bretanha eram importantíssimas principalmente pela existência do Mandato Britânico no território da Palestina, constituído após a queda do Império Turco-Otomano, após a Primeira Guerra Mundial, e que vigorou até a proclamação do Estado de Israel, em 1948.

Entretanto, é imprescindível observar a onda de independências nacionais das colônias europeias que ocorreram a partir do enfraquecimento econômico europeu, consequência da gigantesca Segunda Guerra Mundial e que afetou a velha Grã Bretanha e seu império, como já observado, o que agravou consideravelmente as tensões no Mandato Palestino e as pressões sionistas para resolução do “problema árabe”. O Mandato, que já enfrentava embates com os grupos paramilitares judeus, como o *Irgun* e o *Haganah*, também tinha que lidar com os conflitos árabe-judaicos no seu território. Segundo Vizentini, a partir do holocausto, o incremento da imigração judaica para o Mandato e a consequente reação do nacionalismo árabe, o governo britânico encaminhou a situação para a Organização das Nações Unidas, em 1947 (VIZENTINI, 1992, p. 32).

Cabe lembrar que, a Organização das Nações Unidas (ONU), que desde seu princípio, em 1945, já possuía grande influência dos Estados Unidos, os quais caminhavam a passos largos na disputa de influência político-econômica com a URSS no pós guerra. Segundo Vizentini, tal disputa entre os dois blocos contaminou também a disputa entre árabes e judeus:

Os conflitos do Oriente Médio (Machrek) eram bem mais complexos, pois estavam presentes o nacionalismo árabe, o problema judaico e do Estado Israel, além da luta entre os interesses americanos e britânicos pelo controle do petróleo na região (VIZENTINI, 1992, p. 31).

Desse modo, com os *lobbys* políticos sionistas nas duas maiores potências ocidentais, culminando com interesses geopolíticos estadunidenses e um grande nacionalismo étnico messiânico, fez com que a proposta da criação do Estado de Israel fosse assinada em 1948. Isso marcou o fim do Mandato Britânico em terras palestinas e o início da expulsão maciça de árabes-palestinos de inúmeros territórios da Palestina e de uma guerra que perdura até os dias atuais. De acordo com Vizentini, o apoio à criação do Estado de Israel sempre foi alvo de posicionamentos “mutáveis e oscilantes” por parte dos Estados Unidos ou da União Soviética, e fora percebida pelos países árabes como enclave ou colônia ocidental, de maneira a penetrar interesses imperialistas na região (VIZENTINI, 1992, p. 33).

CONCLUSÃO

O trabalho apresentado buscou compreender a organização econômica e política dos grupos judaicos pós Diáspora no continente europeu, da antiguidade a Idade Média, e suas atividades, tais como o comércio, bem como seus papéis econômicos estabelecidos em relação às classes sociais do antigo regime feudal, como a prática de empréstimos e a venda de produtos importados através das suas redes de comércio em todo o Oriente. Também observamos que a partir das transformações econômicas e a criação dos Estados nacionais no continente europeu, houve inúmeros reflexos diretos no modo de vida desses grupos.

Através da metodologia de revisão bibliográfica, buscamos analisar os acontecimentos que sucederam a escalada do sentimento antissemita nos países da Europa em diversos grupos sociais. Desde o endividamento das classes nobres, que buscavam financiar suas empreitadas ultramarinas e seu estilo de vida luxuoso, até o das massas desprivilegiadas que buscavam empréstimos, especialmente a partir do século XIX. Esses movimentos causaram mudanças na organização dos grupos judaicos, especialmente na maneira de enxergar o futuro e a sobrevivência do povo judeu, o que tornou o ambiente favorável a criação do movimento nacionalista judeu, denominado sionismo.

Compreendemos então, que o sionismo se desenvolveu a partir de um núcleo burguês judaico que buscou uma solução para as incertezas político-econômicas vividas pelas comunidades judaicas europeias, constituindo um mito fundador que remontava a antiguidade, e buscava relacionar o passado bimilenar das comunidades hebraicas da Palestina com um direito presente de retorno à “terra prometida”, apesar da presença de comunidades árabes muçulmanas e cristãs, assentadas desde o mundo antigo, no mesmo território palestino.

Pudemos compreender também que a escalada antissemita do movimento nazista, principalmente a partir de 1933, com a criação dos guetos de trabalho forçado e os campos de concentração e extermínio influenciaram a busca por uma solução para as comunidades judaicas europeias, em particular na Polônia.

O trabalho buscou analisar os movimentos pelos quais os grupos sionistas direcionaram a construção de relações e buscas de apoio com potências como a Grã-Bretanha, inicialmente, e os Estados Unidos, à medida em que as relações internacionais se transformaram da Segunda Guerra Mundial para a Guerra Fria.

Com isso, pudemos compreender que os grupos nacionalistas árabes oferecessem resistência para com os assentamentos judaicos e as lideranças sionistas, pois sofriam desapropriações de suas terras e casas em nome dessa ideologia, mesmo estando em comunidades e em relacionamento direto com a terra também a muitas gerações. Os grupos sionistas, no entanto, mantinham seu conceito de pan-arabismo, no qual todo e qualquer indivíduo da etnia árabe possuía a mesma cultura e deveria ser realocado em outros países ao redor da Palestina, sem necessariamente possuir um laço cultural e étnico com aquela terra.

A partir da leitura e estudo dos teóricos apresentados na Introdução deste trabalho, buscamos compreender as movimentações políticas sionistas durante a Guerra Fria, e seu estreitar de laços com os Estados Unidos, potência econômica dominante no período, e que exercia influência em todo o mundo Ocidental. Pudemos notar também que as relações políticas sionistas com a Grã-Bretanha (apesar de contraditórias) nunca se findaram, sobretudo pelo poder político do Mandato Britânico na Palestina e a influência que a potência exercia sobre os assentamentos judaicos e comunidades árabes do território até 1948.

Compreendemos que os laços políticos dos sionistas com os Estados Unidos, a partir da Guerra Fria, contribuíram para a proclamação oficial do Estado de Israel, em 1948, em Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, órgão que sofria grande influência política da potência americana.

Por outro lado, pudemos perceber que mesmo com apoio das grandes potências do Ocidente, a empreitada sionista não foi bem recebida pelos habitantes árabes da Palestina pois a “transferência” de sua população fere seus direitos de posse da terra e de seus bens.

Buscamos nesse trabalho evidenciar a ideologia sionista, seus mecanismos políticos em busca de um território étnico para os judeus e a empreitada sionista na Palestina, seus desdobramentos em relação à população nativa árabe e a consumação da criação do Estado de Israel.

BIBLIOGRAFIA

CYTRYNOWICZ, R. **Memória da Barbárie**. 1. ed. São Paulo: Edusp/Nova Stella, 1990. 177 p.

FERNANDEZ, J. C. **Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966 - 1989)**. Apresentado em 2011. 602 p. (Doutorado em História) UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

HOBBSAWM, E. J. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução: Anna Maria Quirino e Maria Celia Paoli. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 230 p.

LEON, A.. **Concepção materialista da Questão Judaica**. Tradução: Sônia Rangel. 1. ed. São Paulo: Global Editora, 1981. 191 p.

MASALHA, N. **Expulsão dos palestinos: o conceito de “transferência” no pensamento sionista 1882 – 1948**. Tradução: Leo Misleh e Teresa Bosco Ferreira. 1. ed. São Paulo: Sundermann/Monitor do Oriente, 2021. 248 p.

SAID, E. W. **A questão da Palestina**. Tradução: Sonia Midori. 1. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. 308 p.

VIZENTINI, P. G. F. **Da Guerra Fria à Crise (1945 – 1989): as relações internacionais do século 20** – 4. Ed.atual. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.